

CRIMES DE GOVERNAÇÃO IMPUNES!

SUSTENTA rejeitado e legado criminoso confirmado — onde estão as instituições de justiça?

- “Que projecto? Não sei”, disse o Ministro da Agricultura, Ambiente e Pescas, Roberto Albino, reagindo a perguntas de jornalistas sobre o projecto.



Introdução

Morreu o Projecto de Gestão Integrada de Agricultura e Recursos Naturais (SUSTENTA). A morte do projecto, que foi criado¹ em 2016 e inicialmente implementado nas províncias de Nampula e Zambézia, e a partir de meados de 2019 expandido para o resto do país, foi anunciada² na semana passada pelo Ministro da Agricultura, Ambiente e Pescas, Roberto Albino. A decisão do novo governo confirma o que sempre dissemos: que o projecto, que foi bandeira de governação de Filipe Nyusi, não passou de um um embuste, cuja criação visava interesses políticos, dos quais a consolidação da influência do antigo ministro da Agricultura e pai do projecto, Celso Correia. O projecto deixa um legado³ de gestão danosa e criminosa com dívidas para o erário público. Com o anúncio do seu fim sem que se tenham sido alcançados os objectivos da sua criação, o Centro para Democracia e Direitos Humanos (CDD) reitera a necessidade de intervenção das instituições da Justiça para a responsabilização dos mentores do projecto com particular destaque para Celso Correia.



Projecto não cumpriu o seu mandato

Aquando da sua criação, o SUSTENTA vendeu a ilusão de um programa que pretendia a integração dos produtores em cadeias de valor, através de apoios directos no fornecimento e uso de insumos, à mecanização e à introdução de inovações tecnológicas. Também apareceu com o discurso de pretender promover um upgrade técnico das explorações dos PACE (Pequeno Agricultor Comercial Emergente) e, estes, por sua vez, influenciarem e/ou apoiarem os PA (Pequenos Agricultores) nas suas zonas de influência.

Entretanto, o cruzamento de estudos⁴ e de informação disponível mostra que o projecto não cumpriu o mandato para o qual foi criado. Foi um projecto partidarizado. A partir de um modelo de gestão altamente centralizado, andou mergulhado na corrupção e alimentou redes clientelistas com fins partidários. Resultados de uma avaliação do Observatório do Meio Rural da primeira fase do programa SUSTENTA (2016- 2019), divulga-

dos⁵ em 27 de Julho do ano passado, indicam que o programa era implementado de forma centralizada em termos administrativos e era descoordenado inter-sectorialmente nos diferentes níveis territoriais e não era transparente.

Apesar de o programa se propor a promover um upgrade técnico das explorações dos PACE e estes, por sua vez, influenciarem e/ou apoiarem os PA nas suas zonas de influência, o OMR concluiu na sua avaliação o seguinte: "Os pequenos produtores dizem-se secundarizados em relação ao programa".

A avaliação do OMR concluiu que o programa é altamente centralizado. E uma das evidências que traz para ilustrar a centralização é a assistência dos tractores. No período em análise, os técnicos e o material usado para a reparação dos tractores saíam de Maputo. Isto teve um impacto no tempo de resposta e nos custos operacionais. Segundo o estudo, o programa não cria cadeias de valor,

não está suportado por investigação.

No que concerne a questões ambientais, a pesquisa constatou que "poucas acções são difundidas em defesa dos eventos climáticos extremos". É preciso lembrar que Moçambique é ciclicamente afectado por eventos climáticos. O programa, segundo os pesquisadores, não possuía uma concepção de desenvolvimento rural integrado. Do ponto de vista de políticas públicas, a avaliação mostra que há comparticipação do Estado no investimento aos equipamentos, taxas de juro abaixo dos praticados no mercado e períodos de amortização alargados, isto é, subsídios directos. No fundo é dinheiro perdido por parte do Estado, que dificilmente será recuperado. O programa fomenta a emergência de um grupo de produtores cujo processo de selecção obedece em primeiro plano questões partidárias. Segundo o OMR, cerca de 90 por cento dos entrevistados na pesquisa eram membros do partido Frelimo.

¹ <https://cddmoz.org/wp-content/uploads/2025/01/SUSTENTA-De-Bandeira-de-Governacao-a-Embuste-que-Deixa-para-Tras-um-Legado-de-Gestao-Danosa-e-Criminosa-com-Dividas-para-o-Erario-Publico.pdf>

² <https://integritymagazine.co.mz/arquivos/43440>

³ <https://cddmoz.org/wp-content/uploads/2025/01/SUSTENTA-De-Bandeira-de-Governacao-a-Embuste-que-Deixa-para-Tras-um-Legado-de-Gestao-Danosa-e-Criminosa-com-Dividas-para-o-Erario-Publico.pdf>

⁴ https://cddmoz.org/wp-content/uploads/2020/07/SUSTENTA-deixou-de-constar-das-prioridades-do-Governo-e-deixa-para-tras-um-legado-de-gestao-danosa-e-criminosa-com-dividas-para-o-erario-publico-1.pdf?fbclid=IwY2xjawHwSNxleHRuA2FibQIxMAABHUWWZ_JS-jQSG2XI4AMDWmZNNxVNUcZj7NUuTTmQMoTh-6sDm2JhG3PkQ_aem_dNkZeVZ2-qxNeL7ePhUhqQ

⁵ <https://omrmz.org/observador/or-141-analise-do-projecto-sustenta-2017-2019/>

Corrupção, legado de gestão danosa e dívidas

Dois relatórios do Tribunal Administrativo (TA) constataram uma gestão danosa de milhões de dólares no Fundo Nacional de Desenvolvimento Sustentável (FNDS), o “saco azul” usado por Celso Correia para consolidar a sua influência no Governo e no Partido Frelimo. Dados de 2017, quando o FNDS (fonte de financiamento do SUSTENTA) ainda estava no extinto Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural, indicam que só o Banco Mundial estava a injectar perto de 200 milhões de dólares nos projectos geridos pela instituição, através de subvenções, fundos fiduciários globais, empréstimos concessionais, pagamentos baseados no desempenho e constituição de um novo Fundo Fiduciário de Doadores Múltiplos e Específico para Moçambique.

O Fundo tinha uma actuação transversal que englobava energia rural, finanças rurais, água rural, estradas rurais, tecnologia rural, conservação, aterros (sanitários e industriais), novas centralidades, ordenamento do território, mudanças climáticas, terras, florestas e ambiente.

O vasto leque de áreas de actuação foi desenhado com o objectivo de impressionar os doadores a financiarem o Fundo, que rapidamente se transformou no “saco azul” usado por Celso Correia para cimentar a sua influência no Governo de Filipe Nyusi e no partido Frelimo. A narrativa de sucesso do SUSTENTA não resiste, quando confrontada com os dados oficiais sobre a insegurança alimentar em Moçambique.

Os dois relatórios e contas têm em comum o facto de revelarem uma gestão danosa, com requintes de crime organizado. Na parte referente ao SUSTENTA, o TA identificou vários problemas de gestão e de falta de transparência, com destaque para: falta de identificação das matrículas das viaturas beneficiárias de combustível; mecanismo de publicação das chamadas que não abrange todo o público-alvo; encarecimento de despesas e consequente incumprimento do plano do Projecto, motivado pela realização de despesas em meticais, com recurso a uma conta em dólares; inexistência de plano es-



tratégico do Projecto; falta de evidências de aprovação dos projectos financiados; falta de evidências de selecção dos PACE com base nos critérios definidos no manual de operações; falta de evidências que demonstrem que os PACE possuem experiência em cadeias de valores; facturas sem a inscrição “pague-se” e sem a chancela do coordenador; cheques emitidos em nome dos colaboradores; processos de despesas com falta de justificativos.

Mas há outros problemas graves constatados pelo TA que efectuaram visitas aos PACE no âmbito da auditoria. Por exemplo, notou-se a ausência de acompanhamento dos PACE por técnicos especializados dos serviços distritais; as alfaías agrícolas que receberam não são adequadas para o tipo de áreas de cultivo; os tractores e camionetas que receberam não possuem títulos de propriedade nem livretes, sendo a circulação mantida com recurso a verbetes que na maioria estão fora de prazo; muitos beneficiários não receberam treinamento para manusear os equipamentos recebidos; os PACE receberam sementes deterioradas, fora do prazo e em quantidades

incompletas.

Na campanha 2020/2021, os PACE perderam a campanha devido à má qualidade da semente. Mesmo assim, o fornecedor (Casa do Agricultor) não reembolsou as sementes aos PACE, apesar do preço incluir o seguro.

Os auditores não encontraram evidências de que os PACE possuem experiência na área de agricultura, uma das condições exigidas para beneficiar do SUSTENTA. Da análise efectuada aos processos dos PACE verificou-se que na lista dos beneficiários entregue à equipa de auditoria não foram apresentados os respectivos processos de procurement.

Esta constatação parece confirmar as queixas de que o financiamento do SUSTENTA beneficiou pessoas ligadas ao Partido Frelimo, sem experiência na agricultura. Muitos PACE não conseguiram apresentar aos auditores do Tribunal Administrativo os pequenos agricultores com quem trabalham nem os contratos assinados com os mesmos. O FNDS não faz a monitoria das actividades dos PACE e da rede de vendas após a campanha; não há registo da produção e das vendas realizadas pelos PACE.

Dívidas com os extensionistas

Um grupo de extensionistas ligados ao SUSTENTA esteve a marchar no dia 10 de Janeiro na cidade de Inhambane a exigir o pagamento dos seus ordenados. A última vez que viram a cor do dinheiro tinha sido em Agosto de 2024. O não pagamento de salários é um problema crónico neste projecto. Em Junho do ano passado, cerca de cinco mil extensionistas agrários a nível nacional procuraram o CDD para denunciar o não pagamento⁶ de salários. Depois de cinco anos do SUSTENTA, os extensionistas agrários sentem-se enganados por Celso Correia e por Filipe Nyusi. Todos os meses, os extensionistas vivem num cenário de incerteza. Não sabem exactamente quando terão salário.

⁶ <https://cddmoz.org/wp-content/uploads/2020/07/Cerca-de-cinco-mil-extensionistas-estao-ha-quatro-meses-sem-salarios-e-sentem-se-enganados-por-Celso-Correia-e-Filipe-Nyusi.pdf>

Conclusão

O anúncio do fim do projecto não surpreende. É que o SUSTENTA já tinha deixado de constar das prioridades do anterior executivo. Ninguém mais falava do SUSTENTA, nem o seu criador, Celso Correia. Enfim, é o

fim. O que resta do programa é um legado de gestão danosa e criminosa com dívidas para o erário público, contraídas no Banco Mundial. Com o anúncio do seu fim, sem que tenham sido alcançados os objectivos da sua

criação, o Centro para Democracia e Direitos Humanos (CDD) reitera a necessidade de intervenção das instituições da Justiça para a responsabilização dos mentores do projecto, com particular destaque para Celso Correia.



MISSÃO:

Inspirar e impulsionar ações para proteger os direitos humanos, fortalecer a democracia e promover a justiça.

MISSION:

Inspiring and driving actions to protect human rights, strengthen democracy, and promote justice.

INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – CENTRO PARA DEMOCRACIA E DIREITOS HUMANOS
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: André Mulungo
Autor: CDD
Layout: CDD

Contacto:

Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschield, Cidade de Maputo.
Telefone: +258 21 085 797

 CDD_moz

E-mail: info@cddmoz.org

Website: <http://www.cddmoz.org>

PARCEIROS DE FINANCIAMENTO

